

ATA NÚMERO 14/XVII/1.^a SL

Aos 2 dias do mês de dezembro de 2025, pelas 15:10 horas, reuniu-se a Comissão de Educação e Ciência, na sala 3 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças, que faz parte integrante desta ata, com a seguinte ordem do dia:

1. Aprovação da proposta de Ordem do Dia

2. Audiência às organizações que constituem a Comissão de Acompanhamento dos Centros de Recursos para a Inclusão (CRI), sobre a clarificação do papel dos CRI no espaço educativo e o seu financiamento – 15h00 – Confirmada

3. Audiência ao Movimento de Auditoria Cidadã para o Ensino Superior sobre a intervenção da tutela na Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro – 15h40 – Confirmada

4. Audiência ao Sindicato Nacional do Ensino Superior (SNESUP) a propósito da situação institucional vivida na Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro – 16h20 – Confirmada

5. Aprovação da ata da reunião anterior

- Reunião da Comissão do dia 14, 22 e 29 de outubro

6. Comunicações da Presidente

6.1. Informação sobre baixa e distribuição de iniciativas

i. Projetos de Lei – Baixaram para apreciação na generalidade

- [Proposta de Lei n.º 39/XVII/1.^a \(GOV\)](#) – Aprova as Grandes Opções para 2025-2029

Aprovada na reunião da Comissão em 16-12-2025

- [Projeto de Lei n.º 257/XVII/1.ª \(PCP\)](#) – Plano estratégico de investimento na educação inclusiva e ensino artístico, atualizando modelo de financiamento dos contratos de patrocínio e contratos de cooperação
- [Projeto de Lei n.º 283/XVII/1.ª \(PCP\)](#) – Medidas de apoio aos estudantes no ensino superior no âmbito da Ação Social Escolar
- [Projeto de Lei n.º 284/XVII/1.ª \(PCP\)](#) – Eliminação das propinas, taxas e emolumentos no Ensino Superior Público

ii. Projetos de Resolução – Baixaram para apreciação na generalidade

- [Projeto de Resolução n.º 38/XVII/1.ª \(CH\)](#) – Pelo reforço do Combate ao Bullying e Cyberbullying nomeadamente a pessoas portadoras de deficiência em contexto escolar

iii. Projetos de Resolução – Baixaram para apreciação na especialidade

- [Projeto de Resolução n.º 237/XVII/1.ª \(L\)](#) – Pelo fim das desigualdades na contagem do tempo de serviço dos Professores
- [Projeto de Resolução n.º 344/XVII/1.ª \(BE\)](#) – Valorização da carreira docente e profissionalização em serviço

iv. Petições

- [Petição n.º 54/XVII/1.ª](#) - Proibição de músicas com conteúdo sexualizado em contextos e eventos direcionados a crianças

6.2. Pedidos de audiências

- De Ana Pires, encarregada de educação, para conhecer as medidas que o Ministério está a tomar para contornar a situação da falta de professores

- Da Aliança para a Deficiência Visual (ADV), para apresentar um documento elaborado pelo Grupo de Trabalho «Educação» da ADV sobre os constrangimentos e preocupações relacionados com a educação de crianças e jovens com cegueira e baixa visão em Portugal, bem como promover um debate construtivo sobre o futuro da educação para crianças e jovens com deficiência visual
- Da Apple, através de María Castiella, *Head of Government Affairs* da Apple para Portugal e Espanha, com o objetivo de apresentar a Apple e, mais especificamente, abordar questões relevantes afetas à empresa e aos setores em que operam, com especial foco no papel que a tecnologia desempenha atualmente na educação

6.3. Relatórios de audiências

- 1 – Aos alunos da ES Quinta das Palmeiras – para a apresentação da Recomendação aprovada no âmbito do Projeto Política para Futuros Cidadãos, realizada em 22/10/2025
- 2 – Aos peticionários da [petição n.º 33/XVI/1.ª](#) – Pelo Direito das Docentes Cuidadoras à Mobilidade por Doença com Justiça e Igualdade, realizada em 27/10/2025

7. Apresentação e discussão do relatório final da [petição n.º 25/XVI/1.ª](#) – *Deixe-me Estudar - Acesso Igualitário ao Ensino Superior*, seguida de debate sobre a petição, nos termos do artigo 24.º-A do [Regime Jurídico do Exercício do Direito de Petição](#) e votação do relatório final

8. Apreciação e votação da admissibilidade da [petição n.º 55/XVII/1.ª](#) – Matrícula a 125€? Ensino público não é um luxo!

9. Apreciação e votação da admissibilidade da [petição n.º 67/XVII/1.ª](#) – Contra a proposta de um calendário escolar diferenciado. A favor de um calendário que respeite TODOS!

10. Fixação da redação final referente aos Projetos de Resolução n.º [39/XVII/1.ª \(CH\)](#), n.º [111/XVII/1.ª \(PSD\)](#) e n.º [113/XVII/1.ª \(CDS-PP\)](#)

11. Discussão e votação do parecer setorial sobre a [Proposta de Lei n.º 39/XVII/1.ª \(GOV\)](#) – Aprova as Grandes Opções para 2025-2029

12. Outros assuntos

13. Data da próxima reunião

1. Aprovação da proposta de Ordem do Dia

A Senhora Vice-Presidente da Comissão, Deputada Célia Freire, colocou à consideração dos Senhores Deputados a Ordem do Dia, a qual foi aprovada por unanimidade, pelos Deputados do PSD, do CH e do PS, registando-se a ausência dos Deputados da IL, do L, do PCP, e do CDS-PP.

2. Audiência às organizações que constituem a Comissão de Acompanhamento dos Centros de Recursos para a Inclusão (CRI), sobre a clarificação do papel dos CRI no espaço educativo e o seu financiamento – 15h00 – Confirmada

A Senhora Vice-Presidente deu as boas-vindas aos representantes da Comissão de Acompanhamento dos CRI (identificados na [página da audiência](#)) e lembrou a grelha de tempos das intervenções.

Aprovada na reunião da Comissão em 16-12-2025

Na intervenção inicial os representantes da Comissão de Acompanhamento dos CRI referiram o seguinte em síntese:

1. Defenderam um ambiente escolar que acolha e valorize todos os alunos, incluindo aqueles com necessidades específicas, promovendo o pleno exercício da cidadania;
2. Portugal integrou o projeto da OCDE – *Strength Through Diversity*, que culminou no relatório de 2023 sobre a implementação do regime jurídico da educação inclusiva, identificando falhas significativas na sua implementação;
3. O relatório apontou as seguintes prioridades:
 - Reforço da monitorização e avaliação contínua da educação inclusiva;
 - Aumento dos recursos financeiros;
 - Melhor preparação inicial e contínua de professores para diversidade, equidade e inclusão;
 - Definição de critérios e princípios uniformes para reduzir disparidades na qualidade e quantidade de apoios.
4. As prioridades identificadas pela OCDE são sentidas diariamente nos CRI, cujas necessidades não têm sido suficientemente atendidas;
5. O esforço do Ministério da Educação tem sido considerado pontual e avulso, não refletindo um compromisso consistente com a inclusão;
6. O [Decreto-Lei n.º 54/2018](#) define os CRI como serviços especializados que apoiam a inclusão, promovendo o acesso à educação, lazer, formação e vida autónoma dos alunos;
7. No entanto subsiste a indefinição quanto ao papel dos CRI e das Zonas de Monitorização das Medidas de Apoio à Inclusão (ZMAI) nas escolas, disparidades na implementação das medidas e interpretações inconsistentes da legislação;
8. Enquanto o referido Decreto-Lei prevê funções pedagógicas e de sensibilização, os agrupamentos solicitam quase exclusivamente apoios terapêuticos individualizados;
9. Existem dificuldades extremas no recrutamento, instabilidade das equipas devido a credenciações anuais e tardias, precarização laboral e perda de profissionais experientes;
10. Solicitam um espaço permanente de diálogo e consulta com o Ministério, apontando que a Comissão de Acompanhamento tem sido apenas formal, sem capacidade real de decisão;

11. Finalizaram reafirmando a disponibilidade para colaborar, defendendo que a construção de uma escola verdadeiramente inclusiva depende de trabalho conjunto, partilha de práticas e transparência no compromisso com o bem coletivo.

Intervieram, depois, os Senhores Deputados Manuela Carvalho (PSD), José de Carvalho (CH), Sandra Lopes (PS) e Paula Santos (PCP) que se pronunciaram sobre a matéria e colocaram algumas questões.

Na sequência das intervenções e questões colocadas, os representantes da Comissão de Acompanhamento dos CRI referiram o seguinte em síntese:

1. Os CRI não foram consultados sobre o estudo do ISCTE ou a revisão da legislação pela DGE e desconhecem os processos em curso;
2. A prática de acreditar os CRI apenas por um ano cria instabilidade, desincentiva técnicos especializados e prejudica a continuidade dos serviços;
3. Os CRI não realizam apenas terapias individuais; têm um papel educativo, de inclusão e defesa dos direitos das pessoas com deficiência junto da comunidade escolar;
4. Existem outros agentes e empresas privadas a atuar nas escolas sem acreditação, o que gera falta de transparência, disparidade de práticas e desperdício de recursos;
5. O financiamento anual ou por percentagem não corrige as desigualdades nem os problemas estruturais, resultando em horas de trabalho insuficientes e desmotivação das equipas;
6. A instabilidade e a falta de transparência afetam negativamente as famílias, que não sabem a quem recorrer nem podem contar com a continuidade no apoio;
7. As organizações e técnicos não são envolvidos na elaboração de planos de ação, perdendo a oportunidade de contribuir com conhecimento técnico para decisões estratégicas;
8. Estudos do ISCTE apontam para a insatisfação generalizada (60%) de famílias, alunos, profissionais e diretores quanto aos recursos disponibilizados no âmbito da educação inclusiva;
9. É urgente estabelecer critérios claros e universais de financiamento e intervenção, garantindo equidade entre diferentes regiões e agrupamentos escolares;

10. Os CRI devem ter o papel definido no referido Decreto-Lei plenamente reconhecido, incluindo o apoio pedagógico, terapêutico e comunitário, sem reduções parciais de funções;
11. A insuficiência de recursos e de integração dos CRI aumenta a procura por escolas especiais, contrariando o objetivo de inclusão plena e prejudicando direitos das crianças.
12. É, assim, necessário criar estabilidade, planeamento a médio/longo prazo, transparência nos critérios e valorização das equipas, garantindo que os CRI funcionem como parte integrante do sistema educativo inclusivo.

A gravação vídeo e a toda a informação complementar encontram-se disponíveis na [página da audiência](#), pelo que se dispensam maiores desenvolvimentos nesta sede.

3. Audiência ao Movimento de Auditoria Cidadã para o Ensino Superior sobre a intervenção da tutela na Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro – 15h40 – Confirmada

A Senhora Vice-Presidente deu as boas-vindas aos representantes do Movimento de Auditoria Cidadã para o Ensino Superior (identificados na [página da audiência](#)) e lembrou a grelha de tempos das intervenções.

Na intervenção inicial os representantes do Movimento de Auditoria Cidadã para o Ensino Superior referiram o seguinte em síntese:

1. A Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro enfrenta uma crise notória e pública, reconhecida também pelo Senhor Ministro;
2. O Conselho Geral é constituído por 25 membros: 18 internos (professores, investigadores e estudantes) e 7 externos (personalidades de mérito);
3. As eleições dos 18 membros internos ocorreram em 20 de fevereiro, foram validadas e homologadas, sem contestação interna ou externa;
4. O processo de cooptação dos 7 membros externos foi presidido pelo membro mais velho e secretariado pelo mais novo, e resultou em empates sucessivos;
5. Alguns membros abandonaram reuniões, provocando a quebra do quórum constitutivo e deliberativo;

Aprovada na reunião da Comissão em 16-12-2025

6. O Código de Procedimento Administrativo (CPA) foi usado para resolver impasses e, na última votação nominal, os sete membros foram cooptados, mas o Reitor recusou-se a notificar, deixando o Conselho Geral incompleto;
7. Três membros recorreram ao Tribunal Administrativo e Fiscal de Mirandela e ao Tribunal Central Administrativo do Norte; a primeira instância considerou o processo regular, mas o TCA mandou repetir a cooptação;
8. O regulamento interno não prevê mecanismos de desempate, criando incerteza e dificultando a execução das decisões;
9. O Senhor Ministro nomeou uma Comissão Eleitoral e ordenou eleições de raiz, destituindo órgãos legalmente eleitos e interrompendo negociações entre blocos;
10. A ação ministerial deixou os 18 membros sem representação, criou instabilidade académica, interferindo na autonomia da universidade, ignorando os princípios de separação de poderes;
11. O Senhor Ministro ouviu apenas a reitoria anterior e atual, não considerando pedidos de audição de 50% da comunidade universitária, e avançou com decisões apesar de recursos pendentes, incluindo providência cautelar, não respeitando o trânsito em julgado e comprometendo a integridade dos órgãos eleitos.

Intervieram, depois, os Senhores Deputados Ana Silveira (PSD), Rui Cardoso (CH), Aida Carvalho (PS) e Patrícia Gonçalves (L) que se pronunciaram sobre a matéria e colocaram algumas questões.

Na sequência das intervenções e questões colocadas, os representantes do Movimento de Auditoria Cidadã para o Ensino Superior referiram o seguinte em síntese:

1. Tanto o reitor anterior quanto o reitor atual têm o dever de notificar os cooptados, conforme os estatutos; nenhuma decisão é suspensiva por si só;
2. O Senhor Ministro tem intervindo repetidamente para tentar alterar resultados, considerado inaceitável e violador da autonomia universitária;
3. O Senhor Ministro ouviu apenas a reitoria, ignorando pedidos de audição de 50% da comunidade universitária, incluindo membros e cabeças de lista;
4. O Conselho Geral não se constitui plenamente há mais de 10 meses, devido a bloqueios causados por membros que pararam o processo, e não pelos cooptados;

5. O Senhor Ministro nomeou uma Comissão Eleitoral e ordenou eleições de raiz, destituindo os 18 membros legalmente eleitos sem contestação;
6. O regulamento da UTAD não prevê mecanismos de desempate, gerando empates repetidos e dificultando a execução das decisões de cooptação;
7. Os sete cooptados ofereceram-se para abdicar e retirar recursos ao Supremo Tribunal Administrativo, mas o Senhor Ministro ignorou a tentativa de solução interna;
8. Consideram que o Senhor Ministro violou a separação de poderes, atuando antes de esgotados todos os recursos judiciais e desrespeitando decisões de instâncias superiores;
9. A intervenção política prolongada gera instabilidade, impede eleições livres, cria insegurança sobre cargos, promoções e distribuição de responsabilidades;
10. A solução para este problema seria notificar os cooptados e permitir o trânsito em julgado das decisões, respeitando a vontade dos eleitores; caso contrário, seria necessário alterar a lei para acomodar nomeações políticas, o que não é desejável.

A gravação vídeo e a toda a informação complementar encontram-se disponíveis na [página da audiência](#), pelo que se dispensam maiores desenvolvimentos nesta sede.

4. Audiência ao Sindicato Nacional do Ensino Superior (SNESUP) a propósito da situação institucional vivida na Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro – 16h20 – Confirmada

A Senhora Presidente deu as boas-vindas à delegação da SNESUP (identificados na [página da audiência](#)) e lembrou a grelha de tempos das intervenções.

Na intervenção inicial a delegação da SNESUP referiu o seguinte em síntese:

1. Reconhecimento de que a situação na UTAD é complexa e problemática, afetando alunos, docentes e a reputação da instituição;
2. Atribuição das dificuldades à combinação entre a ampla autonomia conferida pelo RJES e deficiências de regulação, que permitem situações de conflito interno;

3. Fizeram a distinção entre autonomia pedagógica/científica e autonomia organizacional; crítica à «realdade» administrativa que deixa demasiadas decisões nas mãos de dirigentes;
4. O regulamento do Conselho Geral da UTAD, tem um problema estrutural: o número par de membros, aumentando o risco de empates e dificultando decisões;
5. Criticaram a concentração de poder nas nomeações de dirigentes pelo reitor e a ausência de concursos internos, gerando confrontos frequentes entre docentes e dirigentes e elevada litigância judicial;
6. Referiram problemas de convivência antigos, anteriores ao mandato de Emídio Gomes, com disputas entre docentes e dirigentes, resultando em elevado número de processos judiciais;
7. Referiram as dificuldades do Conselho Geral para validar cooptados, com decisões judiciais e intervenção do Ministério que interromperam o processo;
8. O Ministério considerou a questão como autonomia universitária, sem intervenção direta, criticando a falta de sensibilidade política na condução da questão;
9. Criticaram a nomeação do vice-reitor como reitor interino, que tinha conflito de interesse por ser candidato numa lista concorrente; sugerido que a nomeação deveria ter sido uma personalidade externa e independente;
10. O Conselho Geral eleito não teve tempo suficiente para resolver os problemas conforme a sentença judicial, agravando a situação;
11. Necessidade de rever o RJIES, particularmente em aspetos de nomeação e eleição de dirigentes, para evitar concentração de poder e conflitos internos;
12. A situação da UTAD ilustra os riscos de regulamentação deficiente e concentração de poder, sendo necessário repensar tanto a intervenção do Ministério quanto os regulamentos internos para proteger a autonomia universitária e permitir processos eleitorais e administrativos mais transparentes e equilibrados.

Intervieram, depois, os Senhores Deputados Ana Silveira (PSD), Rui Cardoso (CH), Aida Carvalho (PS) e Patrícia Gonçalves (L) que se pronunciaram sobre a matéria e colocaram algumas questões.

Na sequência das intervenções e questões colocadas, a delegação da SNESUP referiu o seguinte em síntese:

Aprovada na reunião da Comissão em 16-12-2025

1. Reconheceram que o Governo agiu de forma legítima, mas discordaram quanto às soluções e à forma de intervenção adotada;
2. A situação agravou-se com a saída do reitor Emídio Gomes antes do término do processo, obrigando à nomeação de um novo reitor interino;
3. Criticaram que o Ministério e a tutela não tenham atuado de forma preventiva ou esclarecedora antes do conflito se agravar, invocando a autonomia universitária;
4. Consideraram que a nomeação deveria ter sido de uma pessoa externa à UTAD, independente do conflito interno, evitando conflitos de interesse;
5. O reitor interino nomeado estava envolvido em disputas internas, o que, consideraram ter prejudicado a gestão da situação e não facilitando a resolução do conflito;
6. Observaram que o regulamento permite que o decano assuma funções interinas, o que poderia ter sido uma alternativa mais neutra;
7. As questões pendentes deverão seguir o trâmite judicial e a intervenção política não deveria substituir o curso natural da justiça;
8. O prolongamento do conflito prejudica a paz interna da UTAD, gera instabilidade e afeta a reputação da instituição, alunos e docentes;
9. A autonomia pedagógica e científica deve ser protegida, mas a autonomia organizacional não deve servir para justificar decisões que agravam conflitos internos;
10. Criticaram a insistência em manter os candidatos após serem chumbados, em vez de buscar alternativas que facilitassem a constituição do Conselho;
11. O Ministério poderia ter agido com mais prudência, aguardando decisões judiciais e permitindo tempo para que o Conselho Geral eleito resolvesse os problemas;
12. O novo RJIES deve prevenir situações similares no futuro, garantindo equilíbrio entre autonomia, legalidade e mecanismos internos de resolução de conflitos.

A gravação vídeo e a toda a informação complementar encontram-se disponíveis na [página da audiência](#), pelo que se dispensam maiores desenvolvimentos nesta sede.

5. Aprovação de atas

As atas das reuniões de Comissão dos dias 14, 22 e 29 de outubro foram aprovadas por unanimidade, pelos Deputados do PSD, do CH e do PS, registando-se a ausência dos Deputados da IL, do L, do PCP, e do CDS-PP.

Aprovada na reunião da Comissão em 16-12-2025

6. Comunicações da Presidente

6.4. Informação sobre baixa e distribuição de iniciativas

v. Projetos de Lei – Baixaram para apreciação na generalidade

- [Proposta de Lei n.º 39/XVII/1.ª \(GOV\)](#) – Aprova as Grandes Opções para 2025-2029
 - ✓ Baixou à 8.ª Comissão em 28/10/2025
 - ✓ Deputado relator: Rui Cardoso (CH)
 - ✓ Na passada 5.ª feira a COFAP solicitou que os pareceres setoriais respeitantes a esta PPL fossem enviados até ao próximo dia 5 de dezembro
 - ✓ A urgência e o reduzido prazo de execução decorrem do facto de a PPL ter sido agendada para apreciação em Sessão Plenária no próximo dia 10 de dezembro
 - ✓ A discussão e votação do parecer foi, assim, incluída no ponto 11 da desta OD
- [Projeto de Lei n.º 257/XVII/1.ª \(PCP\)](#) – Plano estratégico de investimento na educação inclusiva e ensino artístico, atualizando modelo de financiamento dos contratos de patrocínio e contratos de cooperação

O Grupo Parlamentar do PSD indicou para relatora do relatório desta iniciativa a Senhora Deputada carolina Marques, ficando a apreciação do mesmo agendada para o dia 16/12/2025.

- [Projeto de Lei n.º 283/XVII/1.ª \(PCP\)](#) – Medidas de apoio aos estudantes no ensino superior no âmbito da Ação Social Escolar

Aprovada na reunião da Comissão em 16-12-2025

O Grupo Parlamentar do PS indicou para relatora do relatório desta iniciativa a Senhora Deputada Sofia Pereira, ficando a apreciação do mesmo agendada para o dia 16/12/2025.

- [Projeto de Lei n.º 284/XVII/1.ª \(PCP\)](#) – Eliminação das propinas, taxas e emolumentos no Ensino Superior Público

O Grupo Parlamentar do PSD indicou para relator do relatório desta iniciativa o Senhor Deputado Bruno Faria, ficando a apreciação do mesmo agendada para o dia 16/12/2025.

vi. Projetos de Resolução – Baixaram para apreciação na generalidade

- [Projeto de Resolução n.º 38/XVII/1.ª \(CH\)](#) – Pelo reforço do Combate ao Bullying e Cyberbullying nomeadamente a pessoas portadoras de deficiência em contexto escolar

O Grupo Parlamentar do CH indicou que pretendia que esta iniciativa fosse discutida em Plenário.

vii. Projetos de Resolução – Baixaram para apreciação na especialidade

- [Projeto de Resolução n.º 237/XVII/1.ª \(L\)](#) – Pelo fim das desigualdades na contagem do tempo de serviço dos Professores
- [Projeto de Resolução n.º 344/XVII/1.ª \(BE\)](#) – Valorização da carreira docente e profissionalização em serviço

Os Grupos Parlamentares acordaram em fixar os seguintes prazos para a tramitação da apreciação deste projeto de resolução:

- ✓ Prazo para apresentação de propostas de alteração pelos Grupos Parlamentares: 16 de dezembro.
- ✓ Data da discussão e votação na especialidade: primeira reunião da Comissão a realizar em janeiro.

Aprovada na reunião da Comissão em 16-12-2025

viii. Petições

- [Petição n.º 54/XVII/1.ª](#) - Proibição de músicas com conteúdo sexualizado em contextos e eventos direcionados a crianças
 - ✓ Baixou à 12.ª CCCJD para apreciação, com conhecimento à 1.ª CACDLG e à 8.ª CEC

Os Grupos Parlamentares solicitaram que a 12.ª Comissão a informasse esta Comissão assim que seja agendada esta audição para permitir que possam estar presentes, caso assim o entendam.

6.5. Pedidos de audiências

- De Ana Pires, encarregada de educação, para conhecer as medidas que o Ministério está a tomar para contornar a situação da falta de professores

Os Grupos Parlamentares consideram que esta audiência deveria ter lugar em reunião conduzida por um Deputado-piloto. O Grupo Parlamentar do CH ficou de indicar posteriormente o Deputado que presidirá à audiência, bem como indicar a respetiva data.

- Da Aliança para a Deficiência Visual (ADV), para apresentar um documento elaborado pelo Grupo de Trabalho «Educação» da ADV sobre os constrangimentos e preocupações relacionados com a educação de crianças e jovens com cegueira e baixa visão em Portugal, bem como promover um debate construtivo sobre o futuro da educação para crianças e jovens com deficiência visual

Os Grupos Parlamentares consideram que esta audiência deveria ter lugar em reunião conduzida por um Deputado-piloto. O Grupo Parlamentar do PSD ficou de indicar posteriormente o Deputado que presidirá à audiência, bem como indicar a respetiva data.

- Da Apple, através de María Castiella, *Head of Government Affairs* da Apple para Portugal e Espanha, com o objetivo de apresentar a Apple e, mais especificamente, abordar questões relevantes afetas à empresa e aos setores em que operam, com especial foco no papel que a tecnologia desempenha atualmente na educação

Os Grupos Parlamentares consideram que esta audiência deveria ter lugar em reunião conduzida por um Deputado-piloto. O Grupo Parlamentar do PS indicou a Deputada Rosa Isabel Cruz para presidir à audiência, ficando de indicar posteriormente a respetiva data.

6.6. Relatórios de audiências

- 1 – Aos alunos da ES Quinta das Palmeiras – para a apresentação da Recomendação aprovada no âmbito do Projeto Política para Futuros Cidadãos, realizada em 22/10/2025
- 2 – Aos peticionários da [petição n.º 33/XVI/1.ª](#) – Pelo Direito das Docentes Cuidadoras à Mobilidade por Doença com Justiça e Igualdade, realizada em 27/10/2025

Os relatórios foram aprovados por unanimidade, pelos Deputados do PSD, do CH e do PS, registando-se a ausência dos Deputados da IL, do L, do PCP, e do CDS-PP.

7. Apresentação e discussão do relatório final da [petição n.º 25/XVI/1.ª](#) – *Deixe-me Estudar - Acesso Igualitário ao Ensino Superior*, seguida de debate sobre a petição, nos termos do artigo 24.º-A do [Regime Jurídico do Exercício do Direito de Petição](#) e votação do relatório final

A Deputada Aida Carvalho (PS) apresentou o relatório final da petição. Colocado à votação o relatório foi aprovado por unanimidade, pelos Deputados do PSD, do CH e do PS, registando-se a ausência dos Deputados da IL, do L, do PCP, e do CDS-PP.

Aprovada na reunião da Comissão em 16-12-2025

8. Apreciação e votação da admissibilidade da [petição n.º 55/XVII/1.ª](#) – Matrícula a 125€? Ensino público não é um luxo!

A petição foi admitida por unanimidade, pelos Deputados do PSD, do CH e do PS, registando-se a ausência dos Deputados da IL, do L, do PCP, e do CDS-PP. A Deputada Rosa Isabel Cruz (PS) foi indicada para relatora desta petição.

9. Apreciação e votação da admissibilidade da [petição n.º 67/XVII/1.ª](#) – Contra a proposta de um calendário escolar diferenciado. A favor de um calendário que respeite TODOS!

A petição foi admitida por unanimidade, pelos Deputados do PSD, do CH e do PS, registando-se a ausência dos Deputados da IL, do L, do PCP, e do CDS-PP. A Deputada Ana Silveira (PSD) foi indicada para relatora desta petição.

10. Fixação da redação final referente aos Projetos de Resolução n.º [39/XVII/1.ª \(CH\)](#), n.º [111/XVII/1.ª \(PSD\)](#) e n.º [113/XVII/1.ª \(CDS-PP\)](#)

A redação final foi fixada por unanimidade com os votos a favor Deputados do PSD, do CH e do PS, registando-se ausência dos Deputados da IL, do L, do PCP, e do CDS-PP.

11. Discussão e votação do parecer setorial sobre a [Proposta de Lei n.º 39/XVII/1.ª \(GOV\)](#) – Aprova as Grandes Opções para 2025-2029

O Deputado Rui Cardoso (CH) apresentou o seu parecer o qual foi aprovado por unanimidade, pelos Deputados do PSD, do CH e do PS, registando-se a ausência dos Deputados da IL, do L, do PCP, e do CDS-PP.

12. Outros assuntos

Não se registaram outros assuntos.

13. Data da próxima reunião

- Próximas reuniões agendadas:

Aprovada na reunião da Comissão em 16-12-2025

- ✓ 03 de dezembro, 14h00 - audiência por Deputado-piloto, da Academia de Música Sebastião e Melo, presidida pela Senhora Deputada Ana Isabel Ferreira (PSD)
- ✓ 03 de dezembro, 18h00 – 22.ª edição Café Ciência no Parlamento com o tema «O mundo quase invisível dos semicondutores: uma visível oportunidade geopolítica para Portugal»
- ✓ 17 de dezembro, 13h45 – audição no GT-RECD - Conselho Nacional de Educação
- ✓ 09 de dezembro, 15h00 – Reunião da Comissão (posteriormente não se chegou a realizar esta Reunião)
- ✓ 16 de dezembro, 15h00 – Reunião da Comissão

A reunião foi encerrada às 17:55 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 02 de dezembro de 2025

A PRESIDENTE DA COMISSÃO,

Manuela Tender



Comissão de Educação e Ciência

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Ana Gabriela Cabilhas (PSD)
Ana Isabel Ferreira (PSD)
Ana Silveira (PSD)
Célia Freire (PSD)
Pedro Alves (PSD)
José Carvalho (CH)
Maria José Aguiar (CH)
Rui Cardoso (CH)
Rui Fernandes (CH)
Aida Carvalho (PS)
Porfírio Silva (PS)
Rosa Isabel Cruz (PS)
Sandra Lopes (PS)
Patrícia Gonçalves (L)
Paula Santos (PCP)
Paulo Núncio (CDS-PP)
Manuela Carvalho (PSD)
Sofia Pereira (PS)

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Bruno Faria (PSD)
Carolina Marques (PSD)
Inês Barroso (PSD)

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Manuela Tender (CH)
Angélique Da Teresa (IL)
Patrícia Almeida (CH)
Susana Correia (PS)